Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Sessão ordinária

Ata N.º 02/2023

Aos três dias do mês de março de dois mil e vinte e três, pelas dez horas, reuniu-se no Salão Nobre da Reitoria – Largo do Paço, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata n.º 11/2022, referente à reunião plenária de 16 de dezembro de 2022;
2. Proposta de fixação do valor das propinas para o ano letivo 2023/2024;
3. Ratificação relativa à aquisição do direito de superfície do edifício onde se encontra instalado o I3Bs, no Avepark.
4. Situação orçamental e financeira da UMinho: ponto da situação quanto ao novo modelo de gestão orçamental pelo Unidades Orgânicas e quanto à execução financeira e orçamental, designadamente dos projetos de investigação.

Estiveram presentes o(a)s Conselheiro(a)s, Maria Joana Raposo Marques Vidal, que presidiu a reunião, Ana João Gomes Rodrigues, Ana Margarida Silva Gonçalves, António Joaquim Onofre de Abreu Ribeiro Gonçalves, Delfina Rosa Rocha Gomes, Isabel Maria Costa Soares, Joana Rodrigues Arantes Silva, Luís António Martins Santos, Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal, Patrícia Espinheira Sá Maciel, Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio, Tiago Filipe Silva Miranda, Tiago José Quinteiros Lopes Henriques da Silva e Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares. Participou por videoconferência o(a) Conselheiro(a) Ángel Maria Carracedo Álvarez. Justificaram a ausência a(o)s Conselheira(o)s António Carlos Fernandes Rodrigues, João Afonso Maia da Silva, Joaquim Agostinho Castro de Freitas, Manuela da Assunção Borges Vaz Soares, Marta Alexandra Teixeira Mestre, Nuno Miguel Dias Cerca, Ricardo Duarte Faria Lopes, Rui Jorge Machado Oliveira. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo I).

No ponto prévio à ordem do dia, a Presidente colocou à consideração dos membros do Conselho a alteração da ordem dos trabalhos de modo a nela serem incluídos dois pontos adicionais. O primeiro, da sua iniciativa, referente à apreciação do relatório anual do/a Provedor(a) do/a Estudante (ponto 4., passando o atual ponto

4. para ponto 5.) e o segundo, a pedido do Reitor, com vista à apresentação do Projeto Barómetro - monitorização da execução do Plano de Quadriénio (ponto 6.). Este pedido foi aprovado por unanimidade.

No ponto antes da ordem do dia, o Conselheiro Tiago Miranda informou que a Escola de Engenharia iniciou um processo de reflexão sobre o respetivo plano estratégico, cujos resultados pretende apresentar em maio deste ano, tendo solicitado ao Reitor esclarecimentos sobre a existência da articulação entre esta iniciativa e a execução do plano estratégico da Universidade como um todo. Solicitou, ainda, esclarecimentos sobre a planificação das atividades conducentes à realização do plano estratégico da Universidade, previsto para este ano. De seguida, fez referência a uma mensagem de correio eletrónica enviada, no passado dia 28 de fevereiro, à Comunidade Académica pela Unidade de Serviço de Gestão dos Campi e Infraestruturas a informar que, a partir do dia 1 de março, os sistemas de aquecimento seriam desligados em todos os edifícios dos *campi*, de acordo com o processo de planeamento do ciclo de aquecimento para 2022/2023, através do qual foi possível reduzir o consumo de gás natural que se traduziu, assim, em menores emissões de CO^2 comparativamente ao período homólogo. Salientou a importância do planeamento na redução de custos e emissões, como referido na mensagem enviada, tendo questionado se a Reitoria irá promover um plano integrado para a eficiência e resiliência energética que possa contemplar esta e outras medidas de forma articulada. Para o efeito, lembrou que a Universidade tem vários especialistas na área que poderão contribuir, assim como mecanismos financeiros de apoio à transição energética. Ainda sobre este assunto, questionou o Reitor se haveria alguma possibilidade de, face às atuais condições climatéricas, prolongar o aquecimento nos edifícios, referindo, ainda, o impacto que esta medida está a ter nos laboratórios, especificamente no que concerne o corte do fornecimento de gás.

O Reitor agradeceu as questões colocadas e, relativamente à primeira questão, informou que pretende apresentar muito em breve à Comunidade Académica uma proposta de metodologia associada à implementação do plano estratégico.

No que concerne ao corte do abastecimento do gás, o Reitor admitiu erros cometidos que criaram impacto na atividade da Universidade, tendo partilhado o histórico relacionado com este tema. Começou por referir que 2022 foi um ano difícil, devido ao aumento exponencial do preço do gás que impôs várias dificuldades financeiras às universidades, sendo estas reconhecidas pelo Governo, tendo este feito uma dotação extraordinária no final de 2022 para compensar estas dificuldades. Neste contexto, o Conselho de Gestão autorizou, em outubro, as seguintes medidas com vista a reduzir o impacto: reduzir o período de aquecimento, ligando entre 15 de novembro e 1 de março, e reduzir o número de horas por dia. Paralelamente, em fevereiro de 2022, foi iniciado um Concurso Público para aquisição de gás, tendo sido admitidas três propostas. Terminado o Concurso Público, foi contactada a entidade selecionada, tendo esta não cumprido os procedimentos, pelo que se passou às seguintes, tendo sucedido o mesmo. Neste enquadramento, a Reitoria comunicou ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC) o procedimento dos concorrentes e o consequente prejuízo causado à Universidade. Salientou que, enquanto este procedimento

decorria, não era possível iniciar outro procedimento de Contratação Pública, pelo que o contrato de fornecimento atual terminaria no dia 1 de março sem que houvesse outro contrato que desse continuidade ao fornecimento de gás. Salientou ainda que, devido à instabilidade dos preços, o Conselho de Gestão tinha optado anteriormente por providenciar contratos de mais curta duração de forma a tentar amortecer os impactos da turbulência dos preços que eram então verificados e na expetativa que os mesmos estabilizassem e baixassem. Realçou, por fim, que todas estas ações foram transmitidas à Comunidade Académica de uma forma clara e detalhada em novembro. No entanto, por outro lado, referiu que o e-mail enviado em 28 de fevereiro não enquadrou devidamente a Comunidade Académica, na medida em que não recuperou a informação prévia. Reconheceu também que não foram adequadamente acautelados todos os impactos decorrentes do corte do fornecimento de gás, tendo já dado indicação para que a situação possa ser o mais rapidamente ultrapassada da melhor forma possível. Informou, ainda, que irá desencadear um procedimento de inquérito interno de forma a averiguar quais foram as falhas neste processo para evitar situações semelhantes no futuro.

Quanto ao Plano de Eficiência Energética, o Reitor reafirmou o compromisso na procura de iniciativas e na tomada de medidas que se possam traduzir em aumentos de eficiência energética, referindo que já foram submetidos projetos ao Fundo Ambiental para intervenção em vários edifícios da Universidade e que a sua equipa está atenta às possibilidades de financiamento existentes e ao facto de existir na Universidade especialistas que fazem este tipo de trabalho para fora e que a Universidade pretende envolver neste trabalho interno. Informou que a direção da unidade de serviços tem instruções para mobilizar estes recursos, tendo já havido reuniões na Escola de Engenharia visando o desenho deste mesmo plano. Lembrou que o novo Pró-reitor, Professor Miguel Bandeira, terá responsabilidades nesta área e ajudará a criar condições para fazer acelerar a concretização deste Plano. Por fim, informou que está a ser preparado um projeto de colocação de painéis fotovoltaicos nos edifícios dos *campi* de Azurém e Gualtar para implementação no mais curto prazo possível, seja por via de candidaturas já feitas, seja por via de iniciativas que mobilizem recursos financeiros próprios.

No que concerne o subfinanciamento da Universidade, o Reitor recordou os discursos do Dia da Universidade proferidos por si próprio, pela Presidente do Conselho e pelo Professor João Rosas, que convergiram neste tópico, manifestando a insatisfação da instituição perante o subfinanciamento da Universidade do Minho. Recordou, igualmente, o anúncio do Governo relativo à intenção da alteração do modelo de financiamento em 2024 das Instituições de Ensino Superior (IES), o trabalho que está a ser desenvolvido pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) para a criação de uma posição sobre esta matéria, o relatório da OCDE relativo à avaliação do financiamento das IES em Portugal que levou a uma verba extraordinária no âmbito da dotação orçamental da Universidade do Minho em 2023, o relatório elaborado por um conjunto de economistas de universidades portuguesas coordenado pelo Professor Luís Aguiar-Conraria, assim como anúncios que feitos pela Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre esta matéria. Perante estas circunstâncias, o Reitor propôs a constituição de um grupo de trabalho envolvendo a Reitoria da Universidade, o Conselho Geral e representantes de Unidades Orgânicas que se queiram associar a este processo, de forma

a construir uma posição institucional da Universidade do Minho sobre o modelo de financiamento das IES, tentando, por outro lado, aumentar o grau de consciência interna sobre a natureza deste problema e as condições necessárias para o resolver.

Ainda neste ponto, o Reitor informou que a Assembleia da República aprovou esta semana uma lei que introduz alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) e ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), nas quais se estabelece a possibilidade de concessão do grau de Doutor no âmbito do subsistema de Ensino Superior Politécnico e se introduz a categoria de Universidades Politécnicas, prevendo, ao mesmo tempo, regras sobre a utilização da designação de Universidades Politécnicas. Acrescentou que o CRUP, Universidade do Minho incluída, se pronunciou, em devido tempo, na Assembleia da República, através de posições endereçadas ao grupo de trabalho constituído no âmbito da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência sobre esta mudança importante no Ensino Superior. Na sua posição, o CRUP considerou que esta seria uma decisão extemporânea, uma vez que estaria anunciada uma discussão do RJIES e do modelo de financiamento das IES, sendo que estas medidas muito provavelmente terão importantes impactos financeiros. O CRUP salientou, igualmente, que não se deviam tomar decisões de fundo sem uma análise ponderada da experiência do nosso país no âmbito da formação doutoral, sem uma adequada ponderação dos efeitos da crise demográfica e sem que houvesse uma ponderação cuidadosa do relatório da OCDE há pouco mencionado sobre esta matéria, designadamente no que diz respeito à necessidade de rearticulação de instituições. O CRUP destacou, ainda, que poderia ser eventualmente difícil de explicar uma duplicação de instituições universitárias no nosso país.

A Presidente agradeceu as informações do Reitor e remeteu para o ponto 5 a deliberação sobre a eventual constituição de um grupo de trabalho para a reflexão e construção de uma proposta da Universidade sobre os critérios de financiamento no âmbito das alterações da Lei do Financiamento do Ensino Superior em curso.

1. Aprovação da ata n.º 11/2022, referente à reunião plenária de 16 de dezembro de 2022

Foi colocada à votação a ata n.º 11/2022, referente à reunião plenária de 16 de dezembro de 2022, a qual foi aprovada por unanimidade.

2. Proposta de fixação do valor das propinas para o ano letivo 2023/2024

O Reitor referiu que a proposta apresentada é semelhante aos anos anteriores, tendo sido previamente apresentada ao Senado Académico, que a aprovou, por maioria. Realçou que o documento apresentado tem nove propostas relativamente aos valores a ser fixados e à operacionalização destas orientações, estabelecendo valores diferenciados para os Mestrados e Doutoramentos e para os Estudantes Internacionais e da

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, procurando atender às particularidades das Unidades Orgânicas.

Seguiu-se um período de debate, findo o qual a Presidente colocou à votação a proposta de fixação do valor das propinas dos cursos conferentes de grau para o ano letivo de 2023/2024, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com os votos contra da Conselheira Ana Margarida Silva Gonçalves. Abstiveram-se na votação as Conselheiras Ana João Gomes Rodrigues e Joana Rodrigues Arantes Silva – Deliberação CG-06/2023.

3. Ratificação relativa à aquisição do direito de superfície do edifício onde se encontra instalado o I3Bs, no Avepark

O Reitor informou que, após a apreciação favorável da compra do direito de superfície do edifício onde se encontra instalado o I3Bs, no Avepark, foi agendada a escritura que iria formalizar esta aquisição por parte da Universidade e também o distrate de um contrato promessa que tinha sido anteriormente celebrado. No dia da escritura, a Portus Park referiu que não tinha comunicado atempadamente à Universidade a necessidade de a venda deste direito de superfície ser efetuada com uma reserva de propriedade até que estivesse concluído o pagamento de todas as prestações. Como a escritura já estava agendada para o próprio dia, foi outorgada, sendo que passou a incluir uma referência à reserva de propriedade, algo que não estava contemplado aquando da apreciação pelo Conselho de Gestão, Conselho Geral e Conselho de Curadores e que será necessário ratificar de forma a que a escritura possa ser considerada válida. Salientou que o Conselho de Gestão já ratificou, através da deliberação C. Gestão nº 12/2023, solicitando o Reitor a apreciação do Conselho Geral sobre este assunto.

Após a intervenção do Reitor, no exercício da competência prevista na alínea n) do n.º 2 do artigo 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho, o Conselho deliberou, por unanimidade, remeter ao Conselho de Curadores a proposta de ratificação da compra do direito de superfície de que a Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto é titular, pelo período de quarenta anos e que incide sobre o prédio urbano, composto por edifício de cave, rés-do-chão, primeiro e segundo andares, destinado a serviços, construído no Lote Oito, com a área total de três mil duzentos e vinte e oito metros quadrados, sito no Lugar de São Martinho, freguesia de Barco, concelho de Guimarães, descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o número seiscentos e cinquenta e cinco-Barco, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1039, direito esse que se encontrava registado a favor da identificada Associação, encontrando-se o solo registado a favor do Município de Guimarães, pelo preço de € 1.011.790,42 (um milhão onze mil e setecentos e noventa e seis euros e quarenta e dois cêntimos), a pagar em 154 (cento e cinquenta e quatro) mensalidades, a primeira das quais no valor de € 6.571,24 (seis mil quinhentos e setenta e um euros e vinte e quatro cêntimos) e as restantes 153 (cento e cinquenta e três) no valor de € 6.570,06 (seis mil quinhentos e setenta euros e seis cêntimos) cada uma, condicionada a eficácia da compra à emissão de visto prévio do Tribunal de Contas, com

reserva de propriedade, nos demais termos e condições que constam da escritura de aquisição – Deliberação CG-07/2023, a remeter ao Conselho de Curadores.

4. Apreciação do relatório anual do/a Provedor(a) do/a Estudante

Para apreciação deste ponto este presente a Provedora do Estudante, Professora Rosa Vasconcelos, que apresentou os principais pontos do relatório anual. Começou por informar que a Provedoria do Estudante recebeu no último ano 763 casos de processos abertos, provenientes de 634 estudantes, salientando que houve estudantes a recorrer mais do que uma vez à Provedoria por motivos diferentes. Relativamente aos ciclos de estudos, recorreram as seguintes percentagens de estudantes: 7,6% de Mestrado Integrado, 3,6% de 2º ciclo e 2,7% de 3º ciclo, sendo que, de todo o universo de estudantes da Universidade do Minho, recorreram à Provedoria, cerca de 3,5% dos mesmos. Em relação à distribuição dos casos por Unidade Orgânica, salientou os seguintes aspetos: o I3BS tem um valor superior de percentagem, o qual se justifica pelo facto de serem poucos estudantes, o que leva a que a percentagem seja maior; a Escola de Psicologia registou uma subida, relacionada com a reformulação dos mestrados integrados realizada este ano. Referiu que a maioria dos contactos ocorreu no início do ano letivo (novembro e dezembro) e estão relacionadas com os seguintes assuntos: académico-administrativos (51%), maioritariamente sobre inscrições nos mestrados integrados, concursos de acesso e propinas; pedagógicos (35%), especialmente sobre processos de creditação; ação social (7%), maioritariamente sobre ação social escolar; outros assuntos (6%); pedidos de informação (1%). Salientou que a sua intervenção foi essencialmente de mediação entre as partes envolvidas (78%), reforçando e agradecendo o facto de todos os intervenientes se disponibilizarem na resolução dos problemas, referindo, ainda, que reúne periodicamente com vários elementos da Universidade no sentido de prevenir determinadas situações e de melhorar processos. Ao nível externo, referiu que participa como membro da Comissão Executiva da Rede Portuguesa de Provedores do Estudante, tendo sido recentemente eleita Presidente. Esta Comissão tem reunido periodicamente com o Secretário de Estado do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), Professor Pedro Teixeira, no sentido de partilhar as preocupações comuns dos Provedores. Já na qualidade de Presidente, referiu que está a promover reuniões mensais entre todos os Provedores do Estudante para partilhar experiências, de forma a atuar mais no sentido da prevenção. Salientou que, no âmbito da revisão do RJIES, esta rede irá fazer um conjunto de recomendações sobre as condições que consideram essenciais para as Provedorias dos Estudantes ao nível das IES. Por fim, fez referência aos eventos em que participou a nível nacional e internacional.

O Conselheiro Luís Santos agradeceu a apresentação e pediu para clarificar quais são os tipos de queixas referentes à rubrica "calendário escolar/inscrições" do foro académico/administrativo.

A Conselheira Ana Margarida Gonçalves agradeceu à Provedora do Estudante o papel interventivo desempenhado pela mesma na resolução dos problemas e na procura de melhoria de processos. No que diz

respeito a esta segunda vertente, salientou que muitos dos seus colegas estudantes lhe transmitem a sua dificuldade, em primeiro lugar em perceber a quem se devem dirigir, e depois em saber o fluxo da resolução dos seus pedidos e de obterem informação sobre o estado dos mesmos, pelo que perguntou se a Provedora do Estudante teria alguma informação nova sobre uma eventual melhoria nesse aspeto.

A Conselheira Isabel Soares começou por agradecer o investimento da Provedora do Estudante nestas funções, bem reconhecido pela sua recente eleição como Presidente da Rede Portuguesa de Provedores do Estudante. Seguidamente, perguntou qual é a estratégia de comunicação com as Unidades Orgânicas, no sentido de perceber como transmitem a informação efetivamente relevante, salvaguardando todas as questões de sigilo, confidencialidade e proteção de dados.

A Provedora do Estudante informou que a rubrica "calendário escolar/inscrições" tem incluídas matrículas, inscrições, anulação de inscrição, inscrições em exames e entrega de dissertações de tese, sendo que, este ano, o aumento está sobretudo relacionado com a entrega de dissertações. Relativamente à comunicação, salientou a sua interação com todos os intervenientes, no sentido de tentar perceber todos os ângulos das questões, procurando sempre salvaguardar o sigilo das situações e procurando fazer recomendações para melhorias, sempre que necessário e sempre em articulação com as próprias Unidades Orgânicas, habitualmente na figura do Presidente do Conselho Pedagógico ou de quem cada Presidência considerar mais adequado.

O Conselheiro Tiago Silva perguntou se, partindo da experiência da Provedora da Estudante, seria possível fazer uma avaliação da tipologia de casos ao longo dos anos, ou seja, se, por um lado, a Universidade tem sido capaz de melhorar processos para responder às dificuldades apresentadas ou se, por outro lado, os estudantes também têm apresentado dificuldades diferentes.

Antes de passar a palavra à Provedora da Estudante, a Presidente questionou sobre qual o encaminhamento dado aos estudantes que apresentem problemas de assédio moral, ou outro tipo, na sua vida fora da Universidade.

Em resposta à intervenção do Conselheiro Tiago Silva, a Provedora do Estudante respondeu que tem havido diferenças, devido a circunstâncias diferentes, tais como a pandemia e alterações de planos de estudos. Informou que está a elaborar um relatório que pretende analisar exatamente essa questão para perceber os tipos de queixa apresentados ao longos dos 12 anos de existência da Provedoria do Estudante na Universidade e reforçou a sua proximidade com os estudantes no sentido de perceber as dificuldades e de emanar recomendações que possam mitigar estas dificuldades e prevenir eventuais problemas. Relativamente à questão apresentada pela Presidente, informou que são todos encaminhados para as entidades competentes, sejam elas internas ou externas à Universidade.

O Conselheiro António Onofre fez referência à contagem do número de horas dos planos de estudos apresentados à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) e à dificuldade em perceber qual é a carga efetiva de trabalho que os estudantes têm em cada plano de estudos, questionando se existe algum trabalho em rede entre as universidades e as respetivas provedoria e a A3ES neste sentido e, adicionalmente, qual é o cenário a nível nacional.

Relativamente a cargas letivas, a Provedora do Estudante informou que só teve uma queixa sobre um curso na Universidade do Minho, na qual os estudantes referiram que existia duplicação da carga letiva. A nível nacional, nunca foi falado, mas poderá ser um dos pontos que surjam no futuro. Referiu que, neste momento, dadas as suas recentes funções, está a promover encontros para a partilha de experiências. A nível internacional, irá propor a criação de um programa de capacitação de Provedores do Estudante com as instituições parceiras dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Findo o debate, o relatório anual do/a Provedor(a) do/a Estudante foi colocado à votação, tendo sido apreciado favoravelmente por unanimidade.

5. Situação orçamental e financeira da UMinho: ponto da situação quanto ao novo modelo de gestão orçamental pelo Unidades Orgânicas e quanto à execução financeira e orçamental, designadamente dos projetos de investigação

A Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Tiago Silva, o qual referiu que solicitou a inclusão deste ponto de forma a debater a real capacidade da Universidade para a execução do seu Orçamento, face às dificuldades financeiras e atendendo às novas medidas implementadas com o objetivo de melhorar a eficiência dos processos na Universidade, nomeadamente o novo modelo de construção orçamental e o Manual de Contratação Pública aprovado no final de dezembro de 2022, através da Deliberação do Conselho de Gestão nº 31/2022. Salientou que, apesar do subfinanciamento por parte do Orçamento de Estado e das dificuldades inerentes, a Universidade tem demonstrado uma capacidade assinável de captação de financiamento competitivo, nomeadamente através de concursos a projetos de investigação, fundamentais para a sustentabilidade financeira da Universidade, os quais só veem o seu potencial concretizado se forem realmente executados e, nesse sentido, as medidas que forem implementadas devem facilitar essa execução. Recordando os princípios orientadores na criação da Universidade, o Conselheiro referiu o foco não só na investigação, como diferenciador da instituição, capacitador da interação com a região e alicerce do ensino avançado, mas também nas pessoas que constroem a Universidade. Reforçou que os projetos de investigação, nomeadamente os apoiados por financiamento competitivo, além de desenvolver o pilar retro mencionado, são uma ferramenta de financiamento da própria Universidade, na medida em que, além dos custos reais, a comprovar por documentos de despesa, existem custos indiretos, cujas taxas são definidas pelas entidades financiadoras, que se destinam a cobrir os gastos que não são diretamente atribuíveis a um projeto específico, como por

exemplo, custos gerais de manutenção, luz, água, entre outros. Adicionalmente, acresce a possibilidade de afetar os Recursos Humanos do quadro da Universidade, que estejam envolvidos nos respetivos projetos de investigação, o que significa um reembolso relevante de verba, uma vez que a atribuição do Orçamento de Estado não é suficiente para cobrir a totalidade dos vencimentos do pessoal da instituição. Considerou, portanto, que a execução de projetos deve ser ágil, uma vez que representa um benefício para a Universidade em diversas vertentes: conhecimento, reputacional e financeiro. Reforçou, por outro lado, a importância do esforço do pessoal da Universidade na reconhecida capacidade de captação de financiamento, a nível nacional e internacional, e a importância de evitar que este esforço seja defraudado, na medida em que depois não possam ou tenham dificuldades em executar os respetivos projetos de investigação, o que causa prejuízo para a Universidade em diferentes frentes. Face ao que expôs, o Conselheiro referiu que considera fundamental avaliar os objetivos e resultados das diferentes medidas de execução financeira que têm sido implementadas nos projetos de investigação, mas não só, de modo a garantir que a Universidade está a fazer tudo ao seu alcance para a construção de uma melhor Universidade.

Tomou a palavra a Conselheira Ana João Rodrigues, que subscreveu a intervenção do Conselheiro Tiago Silva e acrescentou algumas situações concretas ocorridas, nomeadamente de dificuldades de execução de verbas e, inclusive, falta de atribuição de verbas a projetos com financiamento já atribuído à Universidade, solicitando ao Reitor informação de como está a ser gerido o novo modelo de gestão orçamental com as Unidades Orgânicas e qual é a perceção das mesmas sobre o modelo e sobre as dificuldades atuais. Salientou que a falta de execução, ou execução residual de projetos, durante um ano pode afetar seriamente a capacidade de apresentar resultados às entidades financiadoras, com grave prejuízo para a Universidade e para candidaturas futuras. Adicionalmente, recordou que os professores e investigadores serão sujeitos a avaliações, de acordo com critérios exigentes, conforme deve ser a prática, mas que se tornam injustos e desmotivadores pela falta de condições mínimas dadas para que possam realizar o seu trabalho.

A Conselheira Joana Arantes colocou duas questões ao Reitor, nomeadamente: i) qual será o destino das verbas próprias que resultam da pós-graduação, congressos, verbas de mérito e ações de formação, uma que vez que, há aproximadamente um ano, estas verbas se encontram congeladas e não há informação sobre este tópico; ii) no âmbito da saúde e bem-estar e na sequência das dificuldades sentidas na execução de projetos de investigação, ensino e inovação pedagógica, perguntou se existem dados sobre o custo da perda de motivação e de produtividade dos membros da Universidade e respetivo impacto na qualidade da investigação, ensino e formação dos estudantes.

A Conselheira Cláudia Pascoal subscreveu as intervenções anteriores e acrescentou que, além dos atrasos na execução dos projetos de investigação, existem atrasos significativos nos pedidos de pagamento às entidades financiadoras, correndo, inclusive, o risco de ter de lhes devolver verba, uma vez que todos os atrasos referidos comprometem a execução dos projetos e a apresentação de resultados exigidos por estas entidades.

O Reitor começou por recordar o processo de elaboração do Orçamento da Universidade, em conjunto com as UOs, nomeadamente a necessidade de reorganização dos orçamentos por UO após o não reconhecimento pela FCT de cerca de dez milhões de euros de compromissos, assumidos após o planeamento inicial, relativos a atividade de Investigação e Desenvolvimento (I&D). Recordou, igualmente, que os Orçamentos por UO estão enquadrados pelo Despacho de Execução Orçamental para o Ano de 2023, assim como por um conjunto de despachos e deliberações que revogam documentos anteriores, salientando o facto de todas as receitas arrecadadas pelas UOs, incluindo *overheads*, passarem ser diretamente atribuídas às UOs. Salientou, também, que estas medidas pretendem promover a autonomia das UOs, ao nível da gestão financeira, passando estas a ter maior controlo e conhecimento sobre os respetivos orçamentos e possibilitando uma execução mais célere e autónoma da despesa. Informou que as UOs elaboraram os seus orçamentos com o apoio da Unidade de Serviços Financeiro e Patrimonial (USFP) e respeitando os princípios da Lei de Enquadramento Orçamental, tais como o princípio do equilíbrio orçamental, da sustentabilidade, entre outros. Destacou, ainda, alguns princípios relacionados com os projetos de I&D, especificamente: nos projetos em execução por adiantamento, este é disponibilizado às unidades na sua totalidade, desde que previsto no respetivo orçamento; nos projetos executados contrarreembolso, desde que dentro do orçamento previsto para a UO, a disponibilização de orçamento é realizada de acordo com regras definidas conforme a especificidade dos vários projetos. Ressaltou que existe uma crescente especialização do financiamento de I&D, assumindo-se com cada vez maior intensidade a ideia de que o orçamento de I&D é consignado exclusivamente às atividades de investigação. Disse que é necessário encontrar um equilíbrio entre projetos que trazem prejuízo financeiro, mas que podem trazer outro tipo de benefícios para a instituição, e projetos que contribuem para a sustentabilidade financeira da instituição, para além dos restantes benefícios. Não descurando os primeiros, as orientações expressas no Despacho de Execução Orçamental, e incentivadas pela equipa reitoral, privilegiam o concurso aos segundos, particularmente os projetos em execução por adiantamento. Retomando a questão da aplicação do novo modelo, relembrou que o processo foi transparente, tendo todas as UOs, assim como os órgãos responsáveis pela apreciação do Orçamento da Universidade, tido conhecimento dos orçamentos de todas as UOs, identificando claramente as situações diversas em que estas se encontravam. Relativamente à despesa migrada, referiu que tem sido elevada, decorrente da situação financeira da própria Universidade, mas salientou que houve um decréscimo de cerca de dez milhões em comparação com o ano anterior, o que é um sinal positivo. No que concerne às UOs com orçamentos negativos, referiu que há ações que podem ser tomadas, sendo uma delas pedir ao Conselho de Gestão o adiantamento do orçamento dos trimestres subsequentes e outra descabimentar compromissos que estavam assumidos em anos anteriores e que já não vão ser utilizados. Por fim, reforçou que a questão do subfinanciamento é o problema fundamental e, dentro desse quadro, está-se a tentar procurar as melhores formas de gestão possíveis que afetem o mínimo possível a atividade da Universidade, sendo que, nesta nova forma de gestão, a Reitoria e a Administração estão a promover várias reuniões e interações com os Presidentes, Vice-Presidentes e Secretários de Escola de modo a explicar as novas regras e a minorar as respetivas dificuldades.

O Conselheiro António Onofre partilhou a preocupação e considerou que poderia ser útil haver um calendário definido e claro das ações tomadas e a tomar, assim como a participação do Administrador em sessões plenárias do Conselho, de modo a esclarecer eventuais questões que possam não estar claras.

O Conselheiro Paulo Sampaio perguntou qual é a evolução do valor em dívida das entidades financiadoras em relação à Universidade do Minho.

O Conselheiro Luís Santos secundou a proposta do Conselheiro António Onofre relativamente à participação do Administrador no Conselho, sobretudo considerando a nova distribuição orçamental que está a levantar dúvidas e perplexidades várias. No que diz respeito às UOs com orçamentos deficitários, perguntou quais são os critérios para a atribuição de orçamento extraordinário, após o esgotamento dos pedidos de adiantamento de trimestres subsequentes e descabimentações. Por fim, pediu mais informações sobre o Fundo de Solidariedade, nomeadamente no que diz respeito a valores e critérios de atribuição.

A Conselheira Patrícia Maciel partilhou a sua preocupação e dificuldades de UOs com orçamentos negativos, salientando que, no terreno, há muitas dificuldades que impedem a execução de projetos, não havendo uma posição institucional que apoie e oriente os investigadores perante as entidades financiadoras. Partilhou o exemplo de projetos de investigação nos quais é necessário realizar um maior investimento no início do projeto de forma a poder executar o mesmo, aos quais não é atribuído orçamento suficiente para fazer face a essas despesas iniciais. Salientou que esta falta de definição e entraves à execução poderão afastar investigadores para outras instituições, uma vez que sentem que não têm condições de trabalho na Universidade do MInho. Face a estas dificuldades, perguntou se os projetos em execução por adiantamento vão de facto ser uma prioridade e apelou a que se refletisse, de igual forma, sobre a avaliação dos investigadores, uma vez que estão a ser definidas metas exigentes, mas, por outro lado, não estão a ser dadas condições para as atingir.

A Conselheira Ana Margarida Gonçalves subscreveu a intervenção da Conselheira Patrícia Maciel e acrescentou que os estudantes de Doutoramento sentem as mesmas dificuldades nos seus trabalhos de tese. Referiu que as UOs e a Universidade têm facilitado a extensão dos prazos de entrega de tese e provas de Doutoramento, sem agravamento de propinas, de modo a cumprir as métricas exigidas a estes estudantes. No entanto, há situações em que estes estudantes chegam a prolongar até doze meses o seu Doutoramento, período durante o qual estão sem receber e sem possibilidade de trabalhar porque não têm o Doutoramento concluído.

Antes de passar a palavra ao Reitor, a Presidente notou que está claro no Despacho de Execução Orçamental que os projetos em execução por adiantamento têm de ter o respetivo orçamento atribuído na totalidade, pelo que, se não está a acontecer, é necessário identificar a situação e corrigi-la. Relativamente à sugestão de convocar o Administrador para as sessões plenárias, informou que irá solicitar a presença do Administrador para a próxima sessão plenária.

Tomou a palavra o Reitor que referiu que o Despacho de Execução Orçamental tem bem definido um calendário da atribuição de orçamento e respetivas regras de adiantamento. Relativamente ao valor em dívida das entidades financiadoras, informou que é cerca de dezasseis milhões de euros. No que concerne à implementação do novo modelo, voltou a referir a disponibilidade do Administrador para esclarecer os responsáveis das UOs sobre as suas dúvidas e hesitações e para identificar e ultrapassar as dificuldades sentidas. Quanto ao Fundo de Solidariedade, confirmou a sua existência e utilidade para acorrer a situações de orçamentos deficitários. Voltou, ainda, a reforçar que o consumo do orçamento pela despesa migrada é uma inevitabilidade decorrente da lei, pelo que considerou essencial o comprometimento de todos para com a redução dos compromissos migrados, salientando, novamente, que os esforços devem ser sobretudo concentrados no subfinanciamento da Universidade. Reiterou, novamente, que o processo de construção dos orçamentos por UO foi feito com grande proximidade com as UOs, de uma forma clara e transparente, reconhecendo que, obviamente, há aspetos a melhorar para o próximo exercício, manifestando a disponibilidade de partilhar toda a informação necessária com as UOs para a melhoria do processo. Concordou que a eventual saída de investigadores por verificação de incapacidade de gestão dos seus projetos seria uma situação dramática para a Universidade, considerando necessário repensar os processos e, sobretudo, resolver o problema do subfinanciamento, apelando, por isso, à definição de um grupo de trabalho para a tomada de posição da Universidade em relação ao financiamento das IES, conforme referido no início da reunião.

A Presidente concordou que o foco deve ser continuar a ação no sentido de influenciar e sensibilizar os órgãos políticos para a questão do subfinanciamento da Universidade, disponibilizando-se para as ações que forem consideradas adequadas neste âmbito.

Findo o debate, o Conselho aprovou por unanimidade a criação de um grupo de trabalho, com membros do Conselho Geral a indicar, para a definição de uma posição comum da Universidade quanto aos critérios em discussão no âmbito da nova Lei de Financiamento do Ensino Superior.

6. Apresentação do Projeto Barómetro - monitorização da execução do Plano de Quadriénio

Para a discussão deste ponto, esteve presente o Vice-Reitor, Professor Luís Amaral, responsável pela coordenação do Projeto Barómetro na Universidade, e os representantes da Universidade das Nações Unidas, Dra. Eliana Torres e Dr. Nuno Barbosa, responsáveis pela equipa que desenvolveu a plataforma informática.

O Reitor salientou a importância deste momento, uma vez que materializa uma vontade expressa há bastante tempo, inicialmente apresentada pelo Professor Luís Amaral, enquanto membro do Conselho Geral. Referiu que o objetivo do Projeto Barómetro é de poder ter um instrumento que permita verificar os graus de cumprimento dos planos de ação dentro da Universidade e, por essa via, poder contribuir de uma forma

decisiva para uma prestação de contas mais cuidada e apurada. Por outro lado, referiu que este instrumento é, do ponto de vista da gestão da Universidade, um grande auxiliar.

O Vice-Reitor partilhou a intervenção do Reitor e recordou a aprovação do Projeto Barómetro pelo Conselho Geral em 2018, tendo, na altura, sido desenvolvido o modelo, mas, por circunstâncias contratuais, não foi possível implementar a ferramenta. Já neste plano de ação para 2021-2025, aprovado pelo Conselho Geral em fevereiro de 2022, foi possível corrigir os erros anteriores e reiniciar o projeto com uma equipa da Universidade das Nações Unidas, tendo agora o desenvolvimento da plataforma sido possível. Esta plataforma pretende, conforme idealizado, ser um instrumento que municie os Conselheiros com informação o mais factual possível para poder suportar a atividade e o juízo dos Conselheiros. Simultaneamente, e além disso, sempre foi objetivo que o Barómetro fosse um instrumento de transparência. Entretanto, também se percebeu que este é um instrumento muito valioso para a atividade da própria equipa reitoral, como um instrumento de gestão. Espera-se que até ao final do mês de março esta plataforma possa ser disponibilizada à Comunidade Académica, com acesso restrito através da Intranet e do Portal Académico.

A Dra. Eliana Torres e o Dr. Nuno Barbosa apresentaram de seguida a plataforma no que concerne o aspeto visual, o tipo de informação que se pode consultar e os tipos de acesso. Os Conselheiros manifestaram o seu agrado relativamente à plataforma apresentada e agradeceram o trabalho realizado, tendo apresentado algumas sugestões e colocado algumas questões específicas sobre o funcionamento atual e futuro da mesma, as quais foram prontamente esclarecidas pelo Vice-reitor.

Concluídos os trabalhos, a Presidente agradeceu as intervenções tidas ao longo da reunião e declarou terminada a reunião às 17h30m, tendo sido lavrada a presente minuta da ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidente e pelo Secretário do Conselho.

A Presidente,

Assinado por: **MARIA JOANA RAPOSO MARQUES VIDAL**
Num. de Identificação: 04069706
Data: 2023.07.12 15:52:53+01'00'

O Secretário,

Assinado por: **NUNO MIGUEL DIAS CERCA**
Num. de Identificação: 11278372
Data: 2023.07.14 12:52:55+01'00'

Anexo I

Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

REUNIÃO PLENÁRIA N.º 2/2023
3 de março de 2023

Membro	Rubrica
Ana João Gomes Rodrigues	Ana Rodrigues
Ana Margarida Silva Gonçalves	Ana Gonçalves
Ángel Maria Carracedo Álvarez	Participação por videoconferência
António Joaquim Onofre Abreu Ribeiro Gonçalves	
António Carlos Fernandes Rodrigues	
Delfina Rosa Rocha Gomes	
Isabel Maria Costa Soares	
Joana Rodrigues Arantes Silva	
João Afonso Maia da Silva	
Joaquim Agostinho Castro de Freitas	
Luís António Martins Santos	
Manuela da Assunção Borges Vaz Soares	
Maria Cláudia Gonçalves Cunha Pascoal	
Maria Joana Raposo Marques Vidal	
Marta Alexandra Teixeira Mestre	
Nuno Miguel Dias Cerca	
Patrícia Espinheira Sá Maciel	Patrícia Maciel
Paulo Alexandre Costa Araújo Sampaio	
Ricardo Duarte Faria Lopes	
Rui Jorge Machado Oliveira	
Tiago Filipe Silva Miranda	
Tiago José Quinteiros Lopes Henriques Silva	
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	